

PATRIMÔNIO SEPARADO DA 13ª EMISSÃO  
DAS SÉRIES 1ª E 2ª - CRI - ISINS Nºs  
BRPVSCCRI1N9 E BRPVSCCRI1O7

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras  
Em 31 de março de 2026

PATRIMÔNIO SEPARADO DA 13ª EMISSÃO DAS SÉRIES 1ª E 2ª - CRI - ISINS Nºs  
BRPVSCCRI1N9 E BRPVSCCRI1O7

Demonstrações financeiras  
Em 31 de março de 2026

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Administradores e Investidores do  
Patrimônio Separado da 13ª Emissão das Séries 1ª e 2ª - CRI - ISINs nºs BRPVSCCRI1N9 e BRPVSCCRI1O7  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado da 13ª Emissão das Séries 1ª e 2ª - CRI - ISINs nºs BRPVSCCRI1N9 e BRPVSCCRI1O7 ("Patrimônio Separado"), administrado pela Companhia Província de Securitização ("Securitizadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas para o exercício findo em 31 de março de 2026 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislações aplicáveis aos patrimônios separados, que também consideram as disposições previstas na Resolução CVM nº 60/21, e alterações posteriores, para elaboração dessas demonstrações financeiras de propósito especial, conforme notas explicativas nºs 1 e 2.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Patrimônio Separado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfases

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e restrição sobre o uso

Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 1 e 2 às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de março de 2026, as quais descrevem que a base contábil dessas demonstrações financeiras, elaboradas exclusivamente para atendimento das legislações aplicáveis aos Patrimônios Separados e do artigo 50º da Resolução CVM nº 60/21, que requerem que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outra finalidade. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Novação subsequente dos direitos creditórios

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2026, as quais descrevem que, o fluxo de realização dos ativos que suportam os valores garantidores para liquidações das "Obrigações por emissão de CRI com regime fiduciário", os recebíveis imobiliários com regime fiduciário ("Direitos creditórios") tem sido objeto de novação em seu fluxo de amortizações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Estruturação, lastro e custódia de recebíveis imobiliários e emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários com regime fiduciário

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, no contexto de suas operações normais, a Securitizadora estrutura operações de securitização vinculando recebíveis imobiliários ("Recebíveis imobiliários com regime fiduciário"), os quais não possuem câmara de liquidação, ou mesmo um mercado organizado de negociação que permita o controle e lastro, aos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRIs"), veiculados com regime fiduciário. Não obstante, a Securitizadora também efetua o gerenciamento do recebimento destes ativos, bem como o pagamento dos CRIs em observância as suas obrigações junto ao agente fiduciário. Devido a relevância destes assuntos, considerando as operações descritas e os reflexos contábeis provenientes destas movimentações financeiras, definimos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

### Resposta da auditoria ao assunto

Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, mapeamos os processos e as atividades de controles implementados pela Securitizadora e efetuamos procedimentos específicos de auditoria que incluem, mas não se limitam na:

- Leitura dos termos de securitização e alterações posteriores, quando aplicável, focando as condições determinadas e se estas foram refletidas nas demonstrações financeiras;
- Verificação do lastro dos recebíveis imobiliários;
- Verificação da custódia dos direitos creditórios e CRIs emitidos;
- Comparação da posição da carteira dos recebíveis imobiliários com os relatórios financeiros, analisando a titularidade dos ativos ao Patrimônio Separado;
- Comparação das premissas previstas nos ativos e passivos registrados, avaliando seu adequado registro e verificando se as respectivas valorizações e desvalorizações foram contabilizadas em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício;
- Avaliação das adequadas divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar a titularidade do Patrimônio Separado sobre os Recebíveis imobiliários a receber e os CRIs a pagar, assim como a correta mensuração e contabilização e divulgação em nota explicativa dos respectivos ativos e passivos no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos recebíveis imobiliários com regime fiduciário

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3 e 5, o valor recuperável dos recebíveis imobiliários com regime fiduciário detidos pelo Patrimônio Separado é determinado quando existe evidência provável de que esse não será capaz de receber os valores devidos, evidência esta que contempla a utilização de julgamentos e premissas relevantes, que incluem análises sobre fatores externos, condições econômicas gerais e capacidade de liquidação futura pelo devedor/cedente, bem como fatores internos, tais como histórico de pagamentos e garantias. Esses fatores são considerados na identificação de indícios de perda por redução ao valor recuperável dos direitos creditórios bem como no cálculo do valor recuperável. Devido à relevância e ao nível de julgamento inerente à determinação do valor recuperável dos direitos creditórios, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

### Resposta da auditoria sobre o assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Avaliação e análise das premissas utilizadas na mensuração de eventuais perdas, considerando histórico de pagamentos, liquidação futura e garantias;
- Avaliação, quando aplicável, do registro de perdas estimadas e premissas utilizadas;
- Avaliação das adequadas divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar a realização e recuperação dos recebíveis imobiliários, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da Administração da Securitizadora pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Securitizadora é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas legislações aplicáveis aos patrimônios separados e que também consideram as disposições previstas na Resolução CVM nº 60/21, e alterações posteriores, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração da Securitizadora é responsável, dentro das prerrogativas previstas nas legislações aplicáveis aos Patrimônios Separados, pela avaliação da capacidade do Patrimônio Separado continuar operando conforme o Termo de Securitização dos Créditos, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Securitizadora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Patrimônio Separado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Patrimônio Separado a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2026.

## BALANÇO PATRIMONIAL

PATRIMÔNIO SEPARADO DA 13ª EMISSÃO DAS SÉRIES 1ª E 2ª - CRI - ISINS NºS BRPVSCCRI1N9 E BRPVSCCRI1O7

(Administrado por Companhia Provincia de Securitização S.A.)

EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2026	2025		Nota Explicativa	2026	2025
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE		1.981	10.824	CIRCULANTE		1.981	10.824
Caixa e equivalentes de caixa	4	611	2.370	Captação de recursos	6	1.370	8.454
				Obrigações por emissão de CRI com regime fiduciário		1.370	108.454
				Obrigações por emissão de CRI com regime fiduciário a integralizar		-	(100.000)
Direitos Creditórios	5	1.370	8.454	Outras obrigações	7	611	2.370
Recebíveis imobiliários com regime fiduciário		1.370	8.454	Valores retidos com regime fiduciário		561	2.316
				Credores diversos		50	54
NÃO CIRCULANTE		11.563	73.595	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		11.563	73.595
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		11.563	73.595	Captação de recursos	6	11.563	73.595
Direitos Creditórios	5	11.563	73.595	Obrigações por emissão de CRI com regime fiduciário		11.563	73.595
Recebíveis imobiliários com regime fiduciário		11.563	73.595				
TOTAL DO ATIVO		13.544	84.419	TOTAL DO PASSIVO		13.544	84.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

PATRIMÔNIO SEPARADO DA 13ª EMISSÃO DAS SÉRIES 1ª E 2ª - CRI - ISINS NºS BRPVSCCRI1N9 E BRPVSCCRI1O7

(Administrado por Companhia Provincia de Securitização S.A.)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2026	2025
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>			
Juros e Atualização sobre Direitos creditórios	5	5.415	11.676
Total das receitas da intermediação financeira		5.415	11.676
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>			
Juros e atualização de CRI	6	(5.415)	(11.502)
Prêmio	6	-	(174)
Total das despesas da intermediação financeira		(5.415)	(11.676)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>			
		-	-
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Outras despesas administrativas	8	(221)	(175)
Despesas tributárias	8	-	(60)
Total de outras receitas (despesas) operacionais		(221)	(235)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas Financeiras	4	391	322
Despesas Financeiras		(391)	(322)
Total do resultado financeiro		-	-
Resultado de operações sujeitas a regime fiduciário e sem coobrigação		221	235
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>			
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

PATRIMÔNIO SEPARADO DA 13ª EMISSÃO DAS SÉRIES 1ª E 2ª - CRI - ISINS NºS BRPVSCCRI1N9 E BRPVSCCRI1O7

(Administrado por Companhia Provincia de Securitização S.A.)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2026	2025
<b>FLUXO DE CAIXA DA OPERAÇÃO</b>			
<b>ENTRADAS DE CAIXA</b>			
(+) Integralização dos CRI	6	-	53.023
(+) Recebimento de direitos creditórios	5	72.765	73.308
(+) Recomposição de fundos		-	94
(+) Outros recebimentos		28	-
(+) Rendimento com aplicações Financeiras		196	238
Total das entradas de caixa		72.989	126.663
<b>SAIDAS DE CAIXA</b>			
(-) Pagamentos efetuados à classe sênior	6	(34.981)	(3.108)
Amortização do principal		(33.095)	(736)
Juros		(1.886)	(2.344)
Prêmio		-	(28)
(-) Pagamentos efetuados à classe mezanino	6	-	(73.953)
(-) Pagamentos efetuados à classe júnior	6	(39.550)	
Amortização do principal		(38.366)	(68.800)
Juros		(1.184)	(5.007)
Prêmio		-	(146)
(-) Aquisição de direitos creditórios	5	-	(49.524)
(-) Pagamento de despesas	8	(217)	(232)
Total das saídas de caixa		(74.748)	(126.817)
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA DO PATRIMÔNIO SEPARADO</b>		<b>(1.759)</b>	<b>(154)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
No início do exercício		2.370	2.524
No fim do exercício		611	2.370
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(1.759)	(154)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Província de Securitização (“Emissora”, “Securizadora” e/ou “Companhia”), foi constituída em 19 de dezembro de 2000, é uma sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Anteriormente sua sede era na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a alteração consta na Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de outubro de 2019.

No desempenho do seu objeto social e na condição de Emissora dos Certificados de Recebíveis a Companhia constituiu o Patrimônio Separado (“Patrimônio Separado”) com registro na CETIP nº 22G1110098 - 22G1110109, ao qual se referem às demonstrações financeiras ora disponibilizadas em cumprimento ao disposto principalmente, na Lei 14.430, de 3 de agosto de 2022, e demais legislações aplicáveis ao Patrimônio Separado, e pela Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, e alterações posteriores, relativas aos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025.

Em complemento, registramos a seguir outras informações relacionadas ao Patrimônio Separado citado:

- a) Datas de início e término da emissão: CRI 1ª, de 27 de julho de 2022 a 25 de julho de 2042 e CRI 2ª, de 27 de julho de 2022 a 12 de agosto de 2025. A 2ª série do CRI teve sua data de encerramento alterada, conforme assembleia de 6 de agosto de 2025, informado na nota explicativa 6.c.
- b) Sumário das operações efetuadas: Emissão lastreada em direitos creditórios imobiliários decorrentes de debênture, conforme descrito na nota explicativa 5.
- c) Critérios previstos para a revolvência dos direitos creditórios: a operação não tem previsão de aquisição de novos direitos creditórios durante o seu curso.
- d) Forma de utilização de derivativos e os riscos envolvidos: A emissão não conta com a contratação de instrumentos financeiros derivativos, motivo pelo qual não foram identificados riscos relacionados à contratação desses instrumentos na estrutura da Emissão.
- e) Mecanismos de retenção de risco utilizados na estrutura da securitização, tais como garantias reais ou fidejussórias, subordinação ou coobrigação, assim como, se for o caso, a utilização desses mecanismos durante o exercício: Alienação Fiduciária de Ação e Quotas; Alienação Fiduciária de Imóveis; Cessão Fiduciária e Fundo de Reserva.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado, regido pela Lei 14.430/22 e demais legislações aplicáveis ao Patrimônio Separado, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) requeridos na Resolução CVM Nº 60, de 23 de dezembro de 2021, e demais normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das informações anuais individuais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis referentes às perdas esperadas dos recebíveis imobiliários com regime fiduciário.

Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas informações anuais individuais são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Emissora. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Emissora em 09 de junho de 2026.

### 3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas para elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

#### a) Caixa e equivalente de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente cotas de fundo de investimento, operações compromissadas e Certificado de Depósito Bancário - CDB. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado conforme Resolução CVM nº 60.

#### b) Instrumentos financeiros

##### b.1) Ativos financeiros não derivativos

São representados por direitos creditórios classificados na categoria de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, com pagamentos fixos ou calculáveis, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os direitos creditórios são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

##### b.2) Passivos financeiros não derivativos

São representados por obrigações por emissão dos CRIs, reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos de quaisquer custos de transações atribuíveis na data de negociação na qual a Emissora identifica que o Patrimônio Separado se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

c) Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

Ativos financeiros

O Patrimônio Separado reconhece perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As perdas esperadas dos recebíveis imobiliários com regime fiduciário, são estabelecidas quando existe uma evidência provável de que o Patrimônio Separado não será capaz de receber os valores devidos e seus impactos serão registrados em contrapartida no passivo do Patrimônio Separado. O valor da perda esperada é calculado como a diferença entre valor contábil e valor recuperável dos recebíveis.

Além da verificação da situação de inadimplência, são considerados outros fatores que possam interferir na análise sobre a capacidade de liquidação dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento das obrigações junto aos investidores.

d) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado e/ou expectativa futura, se a Emissora, em nome do Patrimônio Separado, tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Em 31 de março de 2026 não há processos judiciais a serem registrados ou apresentados.

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

f) Reconhecimento de receitas e despesas:

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo regime contábil de competência.

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas da intermediação financeira" e "despesas da intermediação financeira" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Série estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras.

#### Resultado de operações sujeitas a regime fiduciário

É formado como consequência do processo de segregação das demonstrações financeiras dos patrimônios separados das demonstrações financeiras da securitizadora, dentre os quais se destacam a observância da legislação aplicável aos CRIs e a legislação tributária, representando a destinação do resultado apurado no período, para composição dos valores a serem suportados pelo investidor caso essas insuficiências venham efetivamente a impactar às expectativas de retorno da emissão ou por valores a serem destinados no encerramento da operação conforme estabelece as determinações legais.

#### g) Informação por segmento

O Patrimônio Separado opera com um único segmento (securitização de recebíveis imobiliários) e por isso considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

#### h) Imposto de renda e contribuição social

Em decorrência do disposto na legislação tributária vigente, a tributação dos eventuais resultados do patrimônio separado é realizada em base consolidada com os resultados registrados pela emissora. Nesse sentido, não são evidenciados gastos relacionados à tributação a título de impostos de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido.

#### i) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa.

#### j) Patrimônio separado

Como no patrimônio todos os investidores são registrados em seu passivo, inclusive a participação residual da Emissora, todo o resultado do exercício será atribuído aos investidores, a Emissora ou aos cedentes que façam jus ao resultado, desde que previsto no termo de securitização, e, por conseguinte, o Balanço Patrimonial apresentará patrimônio líquido com valor igual a zero.

Caso o patrimônio separado apresente prejuízo no exercício, este deverá impactar os eventuais excessos de ativos reconhecidos anteriormente em favor da Emissora ou de cedentes, no passivo, até o limite destes. Caso o prejuízo supere esse valor, o montante que exceder deve ser reconhecido como uma conta redutora do valor a pagar para os investidores.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	573	2.268
Aplicação automática	38	102
Total	<u>611</u>	<u>2.370</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais - R\$)

Inicialmente as cotas de fundos de investimento são registradas pelo seu valor de aquisição sendo atualizado diariamente, pelos respectivos valores das cotas divulgados pelos seus respectivos Administradores. As receitas financeiras oriundas de aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB's) e aplicações automáticas totalizaram o montante de R\$ 391 (R\$ 322 em 2025).

## 5. INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE DIREITOS CREDITÓRIOS RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS COM REGIME FIDUCIÁRIO

### a. Descrição dos direitos creditórios imobiliários adquiridos:

A emissão é lastreada em direitos creditórios imobiliários decorrentes de debênture, cujo a devedora é a Plantas Vila Buarque II S.A., (Plantas Vila Buarque S.A. antiga devedora), que tem como instituição custodiante a Companhia Hipotecária Piratini - CHP e instituição fiduciária a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., vinculados em regime fiduciário para a emissão de certificados de recebíveis imobiliários, sendo a 13ª Emissão da 1ª e 2ª série da Emissora, sob registro ISINs nºs BRPVSCCRI1N9 e BRPVSCCRI107.

Os recebíveis que são objeto de lastro para as emissões, possuem as mesmas características e atualização constantes na nota explicativa nº 6:

#### Movimentação dos Direitos Creditórios

	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	82.049	94.411
(+) Aquisição de direitos creditórios (i)	-	53.023
(+) Juros e atualização sobre Direitos creditórios	5.415	11.676
(-) Recebimento de direitos creditórios	(72.765)	(73.308)
(+) Valor retido (ii)	-	(3.753)
(-) Utilização de Valor retido (iii)	(1.766)	-
Saldo Final	12.933	82.049

- (i) Valor nominal da aquisição dos direitos creditórios é R\$ 0 (R\$ 52.475 em 2025), a diferença entre o valor integralizado financeiramente e a emissão é a atualização do Preço Unitário até o dia da integralização no montante de R\$ 0 (R\$ 548 em 2025), valor pago na cessão foi de R\$ 0 (R\$ 49.524 em 2025) e o valor remanescente de R\$ 0 (R\$ 3.499 em 2025) foi retido no pagamento da cessão para pagamento das despesas iniciais e constituição de fundos de despesas e reserva;
- (ii) Valor retido que será destinado ao cumprimento das obrigações da emissão no decorrer da operação;
- (iii) Utilização dos fundos para complementar o pagamento do CRI.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais - R\$)

- b. Valores vencidos e a vencer, por faixa de vencimento, que considera o valor nominal dos direitos creditórios ajustado a valor presente, utilizando a taxa de retorno da cessão de crédito:

Créditos vinculados

a. por prazo de vencimento	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
i. até 30 dias	119	181
ii. de 31 a 60 dias	118	182
iii. de 61 a 90 dias	117	210
iv. de 91 a 120 dias	116	158
v. de 121 a 150 dias	116	159
vi. de 151 a 180 dias	115	160
vii. de 180 a 360 dias	669	80.999
viii. acima de 361 dias	11.563	-
Total	<u>12.933</u>	<u>82.049</u>
Circulante	1.370	8.454
Não Circulante	<u>11.563</u>	<u>73.595</u>
Total	<u>12.933</u>	<u>82.049</u>

Os direitos creditórios, não possuem parcelas inadimplentes até a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

- c. Montante da provisão constituída e a sua movimentação durante o exercício:

Na análise da Emissora, não há perdas estimadas a serem constituídas em função da não ocorrência de créditos vencidos no lastro e não haver indícios ou expectativas de que o cedente possa vir a não liquidar seus compromissos.

- d. Garantias relacionadas diretamente com os direitos creditórios:

A emissão conta com as garantias de alienação fiduciária de ação e quotas; alienação fiduciária de imóveis; cessão fiduciária e fundo de reserva.

- e. Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos, incluindo a execução de garantias e custos envolvidos:

O procedimento de cobrança adotado pela Emissora inicia-se imediatamente após a verificação de eventual inadimplência dos créditos, e leva em consideração o intervalo de tempo entre a arrecadação e o fluxo previsto de pagamento de amortização e juros dos Certificados, objetivando a melhor performance da liquidez do patrimônio separado.

A administração é responsável pela cobrança dos direitos creditórios, incluindo a cobrança judicial, extrajudicial bem como adoção dos procedimentos necessários para execução de eventuais garantias envolvidas.

PATRIMÔNIO SEPARADO DA 13ª EMISSÃO DAS SÉRIES 1ª E 2ª - CRI - ISINS N°S BRPVSCCRI1N9 E BRPVSCCRI1O7

(ADMINISTRADO POR COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais - R\$)

- f. Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o período, e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores:

Os eventos de pré-pagamentos referem-se à antecipação do pagamento dos créditos imobiliários pelos devedores da operação, por amortização extraordinária ou regaste antecipado conforme previsto no termo de securitização da operação:

Eventos de pré-pagamentos

Antecipações

Série: 1ª

Mês	Valor	Mês	Valor
ago/25	32.459	ago/24	67.352

Série: 2ª

ago/25	38.031	ago/24	-
--------	--------	--------	---

- g. Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira, incluindo, a metodologia adotada pela Emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios:

A emissora não assume a retenção de riscos e benefícios vinculados às emissões de Certificados de titularidade dos investidores.

6. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE CRI COM REGIME FIDUCIÁRIO - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

INFORMAÇÕES SOBRE O PASSIVO DA EMISSÃO - RECURSOS DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS - CRI

Os certificados de recebíveis imobiliários da 13ª Emissão da 1ª e 2ª Série emitidos sob o regime fiduciário estão lastreados por créditos imobiliários nos termos da Lei 14.430/22, vinculados a este Patrimônio Separado apresenta as seguintes características:

	Movimentação do CRI	
	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	82.049	94.411
(+) Emissões	-	53.023
(+) Juros e atualização de CRI	5.415	11.502
(-) Juros pagos	(3.070)	(7.351)
(-) Amortizações	(71.461)	(69.536)
Saldo Final	12.933	82.049

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais - R\$)

a. Valores relativos à série e às suas principais respectivas características:

Série: 1ª

---

Prazo de vencimento:	14 meses
Valor da série atualizado:	R\$ 12.933 (R\$ 37.496 em 31 de março de 2025)
Taxa de juros efetiva:	8,50% a.a. de juros + 100% da variação do indexador
Indexador:	IPCA
Pagamento de Juros:	Mensal
Cronograma de amortização:	Mensal

Série: 2ª

---

Prazo de vencimento:	Série liquidada por resgate antecipado em 12 de agosto de 2025 (conforme nota explicativa 1.a)
Valor da série atualizado:	R\$ 0 (R\$ 37.496 em 31 de março de 2025)
Taxa de juros efetiva:	8,50% a.a. de juros + 100% da variação do indexador
Indexador:	IPCA
Pagamento de Juros:	Série liquidada por resgate antecipado em 12 de agosto de 2025 (conforme nota explicativa 1.a)
Cronograma de amortização:	Série liquidada por resgate antecipado em 12 de agosto de 2025 (conforme nota explicativa 1.a)

b. Principais direitos políticos inerentes a cada classe de certificado:

Os investidores, poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse, conforme previsto no Termo de Securitização, sendo que cada CRI devidamente subscrito e integralizado corresponderá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do Artigo 126 da Lei nº 6.404.

Para efeito de cálculo de quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação em Assembleia especial de investidores serão excluídos os Certificados de Recebíveis que eventualmente possua em tesouraria; os que sejam de titularidade de empresas ligadas à Emissora, assim entendidas empresas que sejam subsidiárias, coligadas, controladas, direta ou indiretamente, empresas sob controle comum ou qualquer de seus diretores, conselheiros, acionistas, ou pessoa que esteja em cálculo do quórum de deliberação da Assembleia especial de investidores.

c. Sumário das principais deliberações de investidores reunidos em assembleia durante o exercício:

Em 29 de julho de 2025 foi realizada uma assembleia especial de investidores dos certificados de recebíveis imobiliários, na qual deliberaram por aprovar:

- As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do Art. 25., inciso I, da Resolução CVM nº 60, relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais - R\$)

---

Em 06 de agosto de 2025 foi realizada uma assembleia especial de investidores dos certificados de recebíveis imobiliários, na qual deliberaram por aprovar:

- A Amex Parcial da Oferta, pela Devedora, no valor total de R\$70.638, a despeito do previsto na cláusula 8.3.1 das Debêntures, sem a incidência de multa e/ou prêmio, de qualquer natureza, cuja Amex Parcial da Oferta será realizada pela Emissora através do ambiente B3, observado o prazo mínimo para a criação do referido evento no ambiente B3, observando a seguinte forma e proporção: (a) R\$ 38.178 será utilizado para quitação da 2ª Série do CRI; e (b) R\$ 32.459 será utilizado para amortização parcial da 1ª Série do CRI, observada a Ordem de Prioridade de Pagamentos.

Em 30 de janeiro de 2026 foi realizada uma assembleia especial de investidores dos certificados de recebíveis imobiliários, na qual deliberaram por aprovar:

- A autorização à SPE Margarida, na qualidade de fiduciante, à Emissora, na qualidade de fiduciária e à Devedora, na qualidade de sucessora da Plantas como interveniente anuente, para procederem ao distrato do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças”, celebrado em 20 de março de 2024 e, constituírem nova alienação fiduciária sobre o Imóvel Margarida, por meio do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças” (“Alienação Fiduciária de Imóvel da SPE Margarida” e “Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel da SPE Margarida”, respectivamente), a ser celebrado em termos substancialmente iguais aos do instrumento a ser distratado, em até 10 (dez) Dias Úteis do cancelamento do condomínio atualmente instituído sobre o Imóvel Margarida e a respectiva instituição da nova estrutura condominial pretendida ou até 30 de abril de 2026, o que ocorrer primeiro;
- A ratificação da autorização previamente concedida à Securitizadora para que esta utilizasse os recursos do Fundo de Reserva, conforme previsto na Cláusula 14.2 do Termo de Securitização, para pagamento das parcelas mensais de amortização referentes aos meses de junho e julho de 2025;
- A concessão do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir da assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel da SPE Margarida que, por sua vez, deverá ser assinado em até 10 (dez) Dias Úteis contados do cancelamento do condomínio atualmente instituído sobre o Imóvel Margarida e a respectiva instituição da nova estrutura condominial, conforme disposto no item (i) da Ordem do Dia, ou até 30 de abril de 2026, o que ocorrer primeiro, para apresentação do protocolo para registro da Alienação Fiduciária de Imóvel da SPE Margarida no 5º RGI, sendo que o registro da Alienação Fiduciária de Imóvel deverá ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data do protocolo perante o 5º RGI, prorrogáveis por igual prazo em caso de ausência de devolutiva ou comprovação de formulação de exigências por parte do órgão de registro;
- A autorização para que a Securitizadora possa anuir quanto ao cancelamento do condomínio atualmente instituído sobre o Imóvel Margarida, nos termos do item (iii) acima;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais - R\$)

- A ratificação das autorizações previamente concedidas pelos Titulares dos CRI na 8ª AEI e na 9ª AEI, bem como autorização da extensão do prazo inicialmente previsto para praticarem todos os atos necessários à viabilização das deliberações da 8ª AEI e da 9ª AEI e, ainda, a ratificação da autorização para celebrar todos os instrumentos e/ou aditamentos aos Documentos da Operação necessários para refletir o deliberado na 8ª AEI e 9ª AEI, incluindo, mas não se limitando a, a confecção dos aditamentos aos Documentos da Operação e dos Contratos de Garantia Adicionais, os quais passarão integrar a definição de Documentos da Operação, sendo certo que o prazo para registro e formalização de todos os Contratos de Garantia Adicionais e/ou aditamentos aos Documentos da Operação é de 45 (quarenta e cinco) Dias Úteis (conforme definido no Termo de Securitização), podendo ser prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias corridos, observado o disposto em relação à Alienação Fiduciária de Imóvel da SPE Margarida, nos termos a serem deliberados na assembleia.

## 7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Representados por:

	31/03/2026	31/03/2025
Fundo de Despesa Flat (i)	68	68
Fundo de Reserva (ii)	493	2.248
Fundo de Juros (iii)	-	54
Outros Passivos (iv)	50	-
Total	611	2.370

- (i) As despesas Iniciais (flat), correspondem as despesas necessárias para realização da operação, despesas não recorrentes, cujos valores foram retidos pela emissora no pagamento do valor da cessão na primeira data de integralização;
- (ii) Fundo de Reserva para cobrir eventuais necessidades de recursos para o pagamento dos certificados de recebíveis imobiliários;
- (iii) Recursos destinado ao pagamento de juros do patrimônio separado;
- (iv) Parcelas recebidas antecipadamente que serão utilizadas para o pagamento dos certificados de recebíveis imobiliários.

## 8. PRESTADORES DE SERVIÇOS

Para o cumprimento das obrigações relacionadas à emissão, o Patrimônio Separado conta, como prestadores de serviços, com as empresas relacionadas a seguir, cuja forma de remuneração segue igualmente demonstrada:

PATRIMÔNIO SEPARADO DA 13ª EMISSÃO DAS SÉRIES 1ª E 2ª - CRI - ISINS NºS BRPVSCCRI1N9 E BRPVSCCRI1O7

(ADMINISTRADO POR COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais - R\$)

- a) Despesas recorrentes e extraordinárias pagas, que são necessárias para manutenção da operação:

Natureza do serviço	Empresa	Periodicidade da remuneração	Valor das Despesas Incorridas no Exercício	Valor das Despesas Incorridas no Exercício
			2026	2025
Tarifa Bancária	Bancos	Mensal	6	3
Elaboração das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado	Link Consultoria Contábil	Mensal	3	3
Auditor externo das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado	BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda.	Anual	3	3
Assessoria e Consultoria	PMKA Advogados Associados	Eventual	53	-
Agente Fiduciário	Oliveira Trust	Anual	32	26
Agente Custodiante	Companhia Hipotecária Piratini	Anual	3	2
Serviço de Verificação e Destinação de Recursos	Oliveira Trust	Semestral	-	2
Taxas	CVM/Anbima	Único	-	63
Gestão e administração	Cia Província de Securitização	Mensal	50	50
Horas Extraordinárias	Cia Província de Securitização	Eventual	7	4
Escriturador	Bancos	Mensal	9	12
Taxa de utilização B3	B3 - Brasil, Bolsa, Balcão	Mensal	19	21
Agente de garantias	Monitor Imobiliário	Mensal	32	43
Total			217	232

As Despesas Recorrentes da operação até a data base dessas Demonstrações Financeiras totalizaram o montante de R\$ 221, R\$ 4 refere-se a despesas tributárias efetivas da operação ligadas a securitização que não foram reembolsadas junto a cedente/devedora e R\$ 217 transitou pelo financeiro da operação.

## 9. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA EMISSÃO

Os certificados de recebíveis imobiliários da 13ª emissão da série 1ª e 2ª não serão objeto de classificação de risco.

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Não houve transações com partes relacionadas.

## 11. SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a Emissora, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, dentre as quais estão consideradas as demonstrações financeiras desse Patrimônio Separado, junto à empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente.

Em complemento, a Emissora observa premissas que a orientam no relacionamento com os seus auditores independentes. Essas premissas estabelecem: (a) que o auditor não representa a Emissora em quaisquer níveis; (b) que as atividades gerenciais são estritamente reservadas para serem desempenhadas por funcionários da própria Emissora, sendo responsabilidade destes o resultado do trabalho realizado; e (c) que os trabalhos a serem auditados foram realizados por profissionais sem quaisquer vínculos, diretos ou indiretos, com a empresa de auditoria independente contratada para emitir uma opinião acerca desses trabalhos.

Em consequência, a Emissora considera que estão preservadas a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

## 12. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de abril de 2026 foi realizada uma assembleia especial de investidores dos certificados de recebíveis imobiliários, na qual deliberaram por aprovar:

- A alteração do Cronograma de Amortização Programada e Pagamento de Juros Remuneratórios dos CRI, constante no Anexo II do Termo de Securitização e a alteração do Cronograma de Pagamentos previsto no Anexo IV da Escritura de Debêntures, visando formalizar a modificação da sistemática de pagamento dos Juros Remuneratórios previstos nos referidos instrumentos, de modo que os valores capitalizados durante a vigência da Emissão passarão a ser incorporados ao Saldo Devedor, em cada Data de Pagamento, até a Data de Vencimento da Operação e os referidos anexos passaram a vigorar de acordo com os Anexos II e III, previstos na Ata. Ressalta-se que os recursos provenientes do pagamento dos Créditos Imobiliários deverão ser aplicados conforme a ordem de prioridade de pagamentos estabelecida na cláusula 10.8.1 do Termo de Securitização;
- A ratificação da autorização anteriormente concedida à Emissora através do envio de e-mail eletrônico em 13 de abril de 2026, para que esta efetuassem a liberação para a Conta da Devedora parte dos recursos existentes na Conta do Patrimônio Separado oriundos dos Recebíveis e a totalidade dos recursos existentes no Fundo de Reserva, de modo a totalizar a quantia de R\$ 433, ainda que com a efetivação deste requerimento o Valor Mínimo do Fundo de Reserva fique desenquadrado. Consignando que diante da autorização concedida, os Titulares do CRI, concederam um waiver para que a recomposição do Fundo de Reserva, nos moldes e prazos previstos na cláusula 14.2.2. do Termo de Securitização, não fosse observado, de modo que a fixação do prazo para recomposição do Fundo de Reservas, será realizada na ata de assembleia que aprovará a emissão de série adicional na presente operação.